

'Fazendeiros entrarão na Justiça contra demarcação de reserva

Líder diz que produtores de Novo Progresso não vão aceitar indenização proposta por ministro

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – Os fazendeiros e a prefeitura de Novo Progresso vão ingressar até sexta-feira na Justiça Federal com uma ação para tentar impedir a demarcação da Reserva Baú, dos índios caiapós, no sudoeste do Pará. “Nós já ganhamos uma vez, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), que mandou suspender a demarcação”, afirmou o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do município, Agamenom Menezes.

O ruralista disse que os fazendeiros não devem aceitar a proposta de indenização, já feita pelo ministro da Justiça, José Gregori, no fim de semana: “A nossa intenção é permanecer na

terra, pois foi o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que assentou as famílias e ninguém falava que o local pertencia aos caiapós”, comentou.

O delegado de Novo Progresso, Rivelino Pantoja, informou que o clima no município continua tenso. “Acalmou um pouco apenas, depois das notícias dando conta da ação da Polícia Federal para impedir um conflito entre os fazendeiros e funcionários da Funai que virão demarcar a reserva”, disse.

O vice-presidente da Federação da Agricultura do Pará (Faepa), Vilson Schubert, explicou que muitos fazendeiros que hoje ocupam os 600

mil hectares reivindicados pelos caiapós vieram do Paraná, “expropriados de suas terras pelo governo federal para a construção da Hidrelétrica de Itaipu”.

A maioria, segundo ele, começou “praticamente do nada” e fez muitos esforços para montar os rebanhos e cultivar as plantações. “Ninguém suportaria ser novamente expropriado de suas terras, que não foram invadidas, mas doadas pelo Incra ou adquiridas”, disse Schubert.

Acordo – O pecuarista assinou, no entanto, que acredita num acordo entre os fazendeiros, o governo e os índios para impedir a demarcação e evitar o conflito. Schubert citou o exemplo do município vizinho de Jacareacanga, onde a tribo dos mundurucus vive em “perfeita harmonia” com o restante da população. “A integração é tão boa que há dois índios vereadores candidatos à

reeleição na Câmara Municipal, além de um cacique mundurucu candidato a prefeito”, explicou.

O procurador da República em Belém, Felício Pontes Junior, ressaltou que a área da Reserva Baú é, por direito, dos caiapós. Ele defendeu o pagamento de indenização aos fazendeiros pelas benfeitorias realizadas. “Os índios sempre viveram ali e já tiveram decisão favorável da Justiça”, afirmou.

Felício enfatizou que a ocupação da área da tribo pelos fazendeiros não foi pacífica. “Ocorreram muitas invasões, inclusive com mortes, nos anos em que a terra começou a ser ocupada”, assinalou.

**MUITOS
RURALISTAS
VIERAM DO
PARANÁ**